

Ex-funcionários da Funai esperam mais demissões e denunciam irregularidades

Brasília — Indagando ao Ministro do Interior se não tem conhecimento de que o Coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, fez um convênio com a firma C.R. Almeida S/A Engenharia e Construção de compra e venda de areia em área dos índios Guajajara, no Maranhão, por Cr\$ 100 a carrada, enquanto o preço real é Cr\$ 450, e que adquiriu um automóvel Fiat para a representação do órgão no Rio, mas que serve somente para transportar sua filha para a escola — os sete indigenistas que pediram demissão coletiva da Funai, distribuíram uma nota em resposta às declarações de Sr Mário Andreazza de que "não existe crise na Funai, o que vem ocorrendo são manifestações de indisciplinados, desordeiros e agitadores".

Enquanto estes sete indigenistas aguardam a confirmação da adesão de mais oito funcionários da Funai até o final desta semana e elaboram um amplo dossiê sobre irregularidades do órgão em suas áreas de atuação, 200 índios Xavantes chegarão hoje a Brasília, vindos de Barra do Garça (MT) para exigir a demarcação da reserva de Couto Magalhães. Ontem, o cacique Manoel, liderando um grupo de índios apurinas, kaxinauás, maxineris e jaminavás, entregou um documento ao presidente da Funai no qual afirma que não deseja nenhum funcionário do órgão no Acre. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) também distribuiu uma nota de protesto e o Deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) fez um pronunciamento no Congresso.

CORRUPÇÃO

Os indigenistas, dizendo-se indignados com as declarações do Ministro e informando pessoalmente que estão sendo seguidos por agentes da Polícia Federal, constatarem que "na verdade o Sr Ministro desconhece a real situação, ou tão-somente está sendo conivente com as atitudes antiindigenistas que a nova Funai quer impor a todo custo". Fazem, em seguida, uma série de indagações para o Ministro, se ele desconhece manifestações recentes de lideranças indígenas, o descumprimento do Estatuto do Índio e os rumos que a Funai vem traçando para a demarcação das terras indígenas".

Contestam afirmações do Sr Mário Andreazza de que o Coronel Nobre da Veiga tem "profundo amor pelo índio", quando "ele recebe 11 lideranças indígenas com aparato policial repressivo". Lamentam a falta de espaço para ampliar as irregularidades (isto ainda será feito), mas, sempre com indagações, rela-

tam irregularidades como o convênio com A. R. Almeida Engenharia e Construção, o automóvel que conduz diariamente a filha do presidente da Funai de Realengo para Botafogo e de lá para o Cosme Velho, o assassinio de quase uma dezena de índios este ano e as conseqüências que a ampliação da BR-364 trará para os nambiquaras do Vale do Guaporé.

— Será que nós, demissionários, por discordarmos disso e muito mais, somos indisciplinados, desordeiros e agitadores? — indagam os indigenistas no documento ao Ministro do Interior, que o apoio que vem dando de público ao atual presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, pode comprometer profundamente com a política antiindigenista que está sendo desenvolvida pela atual diretoria da Funai, num total desrespeito ao Estatuto do Índio, como bem prova a declaração do Coronel Ivan Zanoni quando diz que: "O Estatuto é livro de poesias para devaneio dos intelectuais".

Missionários acham assassino de índio

Manaus — O Cimi Norte-I comunicou ontem à Delegacia Regional da Funai ter recebido denúncias do assassinato do líder apurina José Ribeiro, 50 anos, que teria sido espancado até a morte por um comerciante e cinco jagunços da localidade de Jaburu, no Município de Tapauá, interior do Estado do Amazonas.

Segundo o Cimi, o comerciante Antônio Mariano matou o índio porque este se recusou a vender-lhe a borraça colhida na última safra. O caso ocorreu em fins de abril, mas só agora missionários da Prelazia de Lábrea souberam do fato e o comunicaram ao Cimi, que pediu a Funai para investigar o crime.

O apurina José Ribeiro trabalhava para o comerciante e, apesar de na última safra haver conseguido 500 quilos de borracha, soube que ainda devia Cr\$ 7 mil ao patrão. Revoltado, anunciou que iria vender o produto do seu trabalho a outro comprador, sendo então espancado até a morte, segundo a versão que chegou ao conhecimento do Cimi em Manaus.

O órgão, em nota divulgada ontem, reclamou da Funai a divulgação dos resultados da investigação sobre a morte, há dois meses, de cinco Tikunas do Alto Negro assassinados, de acordo com denúncias, por um fazendeiro da região. Ao mesmo tempo, pediu que seja apurado o caso do apurina José Ribeiro.

Deputado culpa a falsa economia

Brasília — Em discurso no Plenário da Câmara, anteontem, o Deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) disse que "um dos métodos usados, atualmente, pela Funai para a rápida e total desintegração das comunidades indígenas é a mudança da conciliação da economia tribal coletivista para o sistema de economia individual, altamente competitivo e movido pela busca do lucro, para o qual jamais estariam preparados".

Segundo o Deputado, os técnicos burocratas da Assessoria de Planejamento da Funai elaboraram projetos econômicos para serem desenvolvidos nas áreas indígenas que são um completo desastre, pois estes técnicos não têm o menor conhecimento sobre as comunidades indígenas e nem consultam ou motivam estas comunidades para participarem de tais projetos.

FATORES

Isto — continuou o Deputado Modesto da Silveira — "faz com que vários fatores interfiram nos diversos desajustamentos dessa regra tradicional de produção: a redução progressiva do antigo território tribal e seu empobrecimento, com a exploração simultânea pela sociedade nacional, e a necessidade de atender, além das tarefas, ligadas à subsistência, a outras cada vez mais exigentes, destinadas a assegurar o provimento de artigos mercantis novos para sua cultura, e a conseqüente destruição do sistema social comunitário, pelo engajamento individual de cada membro do grupo na economia regional, como produtor de artigos, para venda ou trocas, e como assalariados, ou seja, integrar a economia coletiva no seio de um regime individualista".

Portanto, temos o engajamento compulsório dos índios no nosso sistema econômico. A política atual da Fu-

nai, através desses projetos econômicos, para cuja competição não estão preparados, só lhes pode assegurar um padrão de vida ainda mais miserável que o dos mais pobres seringueiros, lavradores ou vaqueiros: isto é, condições de vida que dariam cabo de qualquer população indígena.

Há casos concretos observados no Brasil, de tribos que perderam suas terras e foram levadas a perambular, aos magotes, pelas fazendas particulares (atualmente se pode citar os casos dos kayoa e macuxi) como contingentes de mão-de-obra de reserva. Isto demonstra que, na prática, a chance de assimilação das comunidades indígenas pela população nacional não ocorreu. Seu despreparo para as "tarefas da civilização" levou-as a tamanho desgaste, e fatalmente ao extermínio. Recomenda, em seguida, a criação de parques indígenas demarcados por limites naturais e crítica a relegação a um segundo plano, pela Funai, da demarcação das terras indígenas.

Acrescenta o Deputado carioca que a política indigenista brasileira está sendo formulada pelo Coronel Zanoni, inspirada em seu livro Por que os Militares?. A atual direção da Funai — diz ainda o Deputado Modesto da Silveira — demite e persegue os verdadeiros indigenistas do órgão, representando bem a castração simbólica no livro acima citado, onde o autor diz o seguinte: "A castração simbólica é o processo pelo qual os talentos mais destacados da organização vão sendo eliminados em proveito da minoria que empalma o Poder. Assim, qualquer elemento que tenha talento excepcional ou conduta dominante será afastado das trilhas de acesso ao Poder, porque sua ascensão ameaça a posição dos usuários em exercício."